



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Perissinotto, Renato

Comparação, história e interpretação Por uma ciência política histórico-interpretativa

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 28, núm. 83, outubro, 2013, pp. 151-165

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10729835010>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

COMPARAÇÃO, HISTÓRIA E INTERPRETAÇÃO

Por uma ciência política histórico-interpretativa*

Renato Perissinotto

Apresentação

Em uma afirmação bastante conhecida, o antropólogo Guy E. Swanson diz que “pensar sem comparar é impensável”, pois, “uma vez ausente a comparação, estarão ausentes também a pesquisa e o pensamento científicos” (Swanson, 1973, p. 145). Não iria tão longe. Há certamente formas de fazer ciência que não invocam diretamente o procedimento comparativo, como os trabalhos de pesquisa essencialmente descritivos e limitados a um

único caso que, embora mais modestos do ponto de vista de seu alcance teórico, contribuem para o avanço do conhecimento por meio da observação e da interpretação rigorosas dos fatos. Não há dúvida, porém, de que o procedimento comparativo é o que produz explicações mais robustas do ponto de vista científico, pois fornece ao pesquisador vários casos estratégicos a partir dos quais ele pode controlar a relação entre as variáveis analisadas.

Este texto pretende responder três questões: 1) como definir exatamente o procedimento comparativo; 2) como operacionalizá-lo; 3) seria a busca de relações de causalidade o fim único da pesquisa em ciência política ou seria necessário ainda complementá-la com um procedimento interpretativo? Na seção inicial, apresentamos o que entendemos por comparação e discutimos as possibilidades e os limites de sua aplicação nas ciências sociais; em seguida, apontamos as vantagens teóricas da análise comparativa de poucos casos baseada em uma

* Este texto é fruto parcial de pesquisa realizada durante estágio de pós-doutorado no Latin American Centre da University of Oxford, entre 2011 e 2012, financiado pelo CNPq. O autor agradece aos colegas Marcio Sergio Batista de Oliveira e Paolo Ricci e aos pareceristas anônimos da *Revista Brasileira de Ciências Sociais* pelos comentários.

perspectiva histórica (o tipo de trabalho executado pelos chamados “sociólogos históricos” ou “comparativistas históricos”); por fim, defendemos que o procedimento comparativo não esgota o empreendimento científico nas ciências sociais, já que revelar as causas dos fenômenos sociais não implica revelar *como* eles são produzidos. Por essa razão, acreditamos que uma perspectiva compreensiva é complementar (e não antagônica) à análise causal comparativa.

Comparação como operação mental

Giovanni Sartori (1991, p. 243) observou que são assumidas duas definições distintas do procedimento comparativo. Há aqueles que, a exemplo de Arend Lijphart (1971, pp. 682-684), entendem a comparação como uma técnica de pesquisa específica utilizada especialmente no estudo comparativo de poucos casos, diferente, portanto, da técnica estatística. Ao mesmo tempo, há quem considera a comparação uma “operação mental” que pode ser realizada lançando-se mão de técnicas de pesquisa diversas (experimental, estatística, histórica), como Neil Smelser (1976, cap. 1).

Neste artigo adotamos a posição de Smelser (1976, p. 5). Compreendemos o método comparativo como uma “operação mental”, cujo objetivo mais ambicioso (mas não o único) é controlar “variáveis”¹ a fim de testar proposições causais. As técnicas específicas de controle de variáveis (experimental, estatística, histórica), porém, diferem enormemente em tipo, efetividade e utilidade científica, mas todas podem ser percebidas como esforços para explicar fenômenos sociais à medida que se controle suas condições de variação. Nesse sentido, tanto a técnica experimental como a estatística e a histórica lançam mão das mesmas operações mentais quando são utilizadas a serviço da comparação. Diferem entre si, porém, quanto à questão de pesquisa, à natureza do objeto estudado, ao número de casos analisados, ao tipo de explicação fornecida e às técnicas empregadas.²

Como “operação mental”, os princípios lógicos do método comparativo foram sistematizados por John Stuart Mill no livro III da obra *System of*

logic, publicada em 1886. Nesse livro, Mill identificou cinco procedimentos comparativos, cada um com limites e potencialidades próprios: o método da semelhança (*agreement method*), o método da diferença (*method of difference*), o método indireto da diferença (*indirect method of difference*), o método dos resíduos (*methods of residues*) e o método das variações concomitantes (*method of concomitant variations*) (Mill, 1886, pp. 254-259). Neste artigo, essencialmente voltado para a análise histórica comparativa, interessa-nos em particular os métodos da semelhança e o método indireto da diferença (uma variação do método da diferença), amplamente utilizados por comparativistas históricos.³

O método da semelhança é aquele em que os casos comparados são muito diferentes entre si, mas se assemelham em dois aspectos: primeiro, todos os casos contêm o fenômeno a ser explicado; segundo, todos eles possuem uma condição em comum que, exatamente por isso, *supõe-se* ser a causa do fenômeno em questão. Chama-se “método da semelhança” justamente porque os casos assemelham-se entre si pelo fenômeno que quer explicar e pelo fato de a circunstância que supostamente o explica estar presente em todos eles. Assim, qualquer circunstância que não seja essa comum a todos os casos poderia ser retirada sem prejuízo à ocorrência do fenômeno.

No método da diferença, o investigador compara casos que são similares entre si, mas se diferenciam em dois aspectos: primeiro, alguns casos (os casos positivos) contêm o fenômeno a ser explicado, enquanto outros (os casos negativos), não; segundo, todos os casos positivos partilham uma condição que, entretanto, está ausente em todos os casos negativos. Essa circunstância comum, presente apenas nos casos positivos, é tida como a causa do fenômeno em questão. Como se percebe, chama-se método da diferença porque os casos, apesar de similares nos demais aspectos, diferem-se no que diz respeito à presença do fenômeno e em relação à presença da circunstância que o explica, encontrada somente nos casos positivos.

O método da diferença seria o procedimento típico do método experimental. Um experimento consiste exatamente na produção arbitrária pelo investigador de situações distintas que lhe permi-

tam comparar o impacto produzido por uma variável, presente ou ausente, de acordo com a manipulação conduzida por ele. Como esse método é muito exigente quanto à capacidade de controle sobre as variáveis, Stuart Mill definiu uma variante menos rígida, chamada por ele de “método indireto da diferença”.

No método indireto da diferença, o investigador primeiramente utiliza uma série de exemplos que contam com o fenômeno que ele pretende explicar e isola a variável recorrente em todos eles. Na sequência, ele utiliza outros casos que *não* contam com o fenômeno em questão para avaliar se a variável recorrente encontrada anteriormente está ausente dos casos negativos. No entanto, em vez de um experimento artificial propriamente dito, o pesquisador analisa os casos positivos e negativos tal como eles aparecem na natureza (ou na história, diríamos nós). O método é “indireto” porque a diferença não é produzida diretamente pelo pesquisador, por meio de experimentos artificiais, mas por meio da comparação de casos negativos e positivos cuja existência independe dele (*Idem*, pp. 258-259). Outro nome dado a esse método é “método conjunto da semelhança e da diferença” (*Idem*, p. 259).⁴

O uso desses métodos permite ao investigador descartar causas potencialmente necessárias e suficientes. Conforme Mahoney (2008, p. 341-342), no caso do método da semelhança, como o resultado a ser explicado está em todos os casos escondidos para estudo, é logicamente impossível que uma causa hipotética *não* partilhada por todos seja individualmente *necessária* para explicar o fenômeno. No que diz respeito ao método da diferença, o fenômeno analisado está presente apenas em alguns casos, portanto, se uma causa hipotética está *presente em todos os casos*, positivos e negativos, ela não pode ser considerada *suficiente*, pois nem todos os casos que contam com a presença da causa hipotética contam também com a presença do fenômeno.

A busca (e a eliminação) de causas necessárias e/ou suficientes é uma das principais características desses métodos, que exatamente por essa razão tendem a ser rejeitados e considerados inaplicáveis ao estudo dos fenômenos sociais. São três as críticas dirigidas a sua aplicação nas ciências sociais.

A impossibilidade de realizar o controle exigido por esses métodos

No âmbito das ciências sociais, o primeiro a rejeitar o uso desses métodos foi Émile Durkheim. De um lado, o método da semelhança exige que os casos comparados sejam inteiramente diferentes entre si e se assemelhem apenas pela presença da variável causal e do fenômeno a ser explicado; de outro, o método da diferença exige que os casos sejam inteiramente semelhantes entre si, diferenciando-se somente pela presença do fenômeno e da variável causal. Durkheim avaliava então que a aplicação desses métodos seria impossível em sociologia, pois nenhum inventário plausível dos fatos poderia permitir a um investigador estar certo “de que duas sociedades concordam ou diferem em relação a todos os aspectos, exceto um” (Durkheim, 1978, p. 113). A forma como ele rejeitou a possibilidade de aplicar os métodos da semelhança e da diferença ao estudo dos fenômenos sociais nos parece equivocada por duas razões.

Primeiramente, exigir que o pesquisador tenha pleno controle sobre as variáveis em questão, ao “comparar sociedades”, a ponto de garantir que tais sociedades se assemelhem ou se diferenciam em todos os aspectos exceto um tornaria tais métodos impraticáveis. Mas o procedimento seria bem menos exigente se nos dedicássemos a comparar não “sociedades”, como sugere Durkheim, mas fenômenos restritos e bem delimitados. Nesse sentido, Skocpol e Somers (1997, p. 90) e Collier e Collier (1991, p. 14, nota 15) observam que a aplicabilidade da análise histórica comparativa com base nos métodos sistematizados por Mill só é viável se o problema pesquisado for muito bem delimitado. Ninguém, de fato, compara países ou sociedades. Vale lembrar, aliás, que François Simiand (2003, pp. 82, 101-102), discípulo de Durkheim, defende posição contrária em suas considerações sobre o método histórico.

Além disso, o próprio Durkheim fornece um importante argumento em defesa da aplicação dos métodos de Mill (notadamente o método indireto da diferença) ao estudo dos fenômenos sociais. A eficácia desses métodos certamente aumentaria se comparássemos problemas específicos em socieda-

des “de uma mesma espécie e num mesmo estágio de desenvolvimento” (Durkheim, 1978, pp. 118 e 121-122)⁵ “Sociedades da mesma espécie” facilitam o procedimento comparativo porque aumentam o número de condições comuns às sociedades comparadas (as “condições paramétricas”, conforme Smelser, 1976, p. 154) e, por conseguinte, diminuem a quantidade de diferenças que precisarão ser pensadas como possíveis causas. Como se percebe, o que está em questão é a capacidade de o pesquisador fazer valer a cláusula *ceteris paribus*. Quanto mais delimitado for o problema e quanto mais semelhantes forem os casos comparados, mais fácil será garantir que as demais condições *importantes para o fenômeno* permaneçam constantes e que a diferença fundamental entre eles incida sobre a presença/ausência da suposta causa.⁶

Comparar sociedades da mesma espécie nos permite ainda respeitar outra característica fundamental do método comparativo. O procedimento comparativo não pode ser efetuado entre entidades absolutamente idênticas – já que não faz sentido comparar uma coisa com ela mesma – nem entre entidades absolutamente diferentes – o que impossibilitaria qualquer tipo de controle. Toda comparação pressupõe certo grau de semelhança e de diferença entre as coisas comparadas, evitando-se, assim, comparar o incomparável. Uma boa solução é comparar “sociedades da mesma espécie”, o que pressupõe o uso de bons critérios de classificação para juntar entidades que de fato partilham alguns atributos importantes, como recomenda Sartori (1970, pp. 1035-1036 e 1040; 1991, pp. 245-249). Valendo-se desse método, autores como Alexis de Tocqueville (1977), Max Weber (1964), Otto Hintze (1975), Karl Polanyi (2000), Barrington Moore Jr. (1983), Theda Skocpol (1984), Ellen Kay Trimberger (1978) e vários outros produziram análises clássicas nas ciências sociais.

A inadequação de escolher os casos pela “variável dependente”

Ao utilizar o procedimento comparativo como sistematizado por Mill, devemos escolher os casos em função da presença ou ausência do fenômeno que quer explicar (a “variável dependen-

te”). Haveria, segundo seus críticos, dois problemas nesse procedimento. O primeiro, do qual o próprio Mill tinha consciência, seria a produção de uma amostra enviesada, apenas com casos que contivessem o fenômeno a ser estudado; seria possível evitar esse risco ao selecionar também casos negativos para a análise. O segundo problema seria escolher casos em que a variável dependente não varia; desse modo, o analista não teria como medir o impacto de supostas variáveis causais sobre a variável dependente simplesmente porque não há variação alguma. Isso se resolve, contudo, se o que se procura saber não é o impacto linear de uma variável sobre outra, mas a presença/ausência de condições necessárias e/ou suficientes para a produção do fenômeno (Landmann, 2008, p. 72); nesses casos, selecionar a partir da variável dependente é adequado. Apenas a título de ilustração, basta pensar na análise weberiana da relação entre Estado moderno e capitalismo racional. Weber não busca identificar o impacto quantitativo que uma condição causal produz sobre um dado fenômeno, mas se os casos que contêm o fenômeno (o capitalismo racional) contam também com a presença da causa em questão (o Estado racional) e, ao mesmo tempo, se os casos negativos evidenciam a ausência dessa mesma causa.⁷

Os pressupostos determinísticos desses métodos não se aplicam aos fenômenos sociais

Os métodos da semelhança e da diferença, como dissemos, estão preocupados em identificar e/ou excluir causas necessárias e/ou suficientes, o que, segundo alguns, geraria dois problemas significativos.

Quanto às causas necessárias, os críticos dizem que há potencialmente inúmeras causas desse tipo, a maior parte delas sem importância ou triviais (por exemplo, a existência de seres humanos é necessária para uma revolução social). Da mesma forma, causas suficientes podem ser óbvias ou tautológicas (por exemplo, a guerra é causa suficiente de morte em larga escala). No entanto, Mahoney tem razão ao observar que os cientistas sociais que usam os métodos sistematizados por Mill quase nunca cometem esses erros, conseguindo diferenciar clara-

mente causas necessárias triviais das não triviais e causas suficientes tautológicas das não tautológicas (Mahoney, 2008, p. 348; 2004).

O segundo problema, mais grave, deve-se a esses métodos utilizarem pressupostos determinísticos inválidos para entender um mundo social governado por leis probabilísticas. Pressupostos determinísticos podem levar a se tomar como causas certas aquelas que são apenas prováveis ou a se descartar causas prováveis porque não parecem certas (Borges, 2007, pp. 3-4). Dito de outra forma, tais métodos podem equivocadamente eliminar de seu modelo fatores causais probabilísticos, pois um modelo determinístico exclui qualquer causa que não esteja presente em todos os casos. Assim, valendo-se do método da semelhança, um analista que examinasse três casos de acidente de carro, por exemplo, eliminaria a bebida alcoólica como causa se ela estivesse presente em apenas dois casos; da mesma forma, usando o método da diferença, o analista eliminaria a bebida como causa se ela estivesse presente tanto em casos com acidente como em casos sem acidentes (Mahoney, 2008, p. 349).

É verdade que esse tipo de procedimento comparativo, que busca causas necessárias e suficientes, não permite avaliar o “efeito líquido” do impacto de uma variável sobre outra. No entanto, mostra-se corretamente que beber não é nem condição necessária nem condição suficiente para acidentes (mantendo o exemplo dado por Mahoney), pois nem todo acidente é causado por bebida nem todo motorista que dirige bêbado causa acidente. O método ajuda a descobrir se dirigir bêbado *em combinação com outras variáveis* é uma causa suficiente (ou quase suficiente) para acidentes de carros numa população específica de casos (Mahoney, 2008, pp. 349-350).

Alguns pesquisadores contemporâneos defendem que as exigências colocadas por tais pressupostos podem e devem ser atenuadas para que o uso de tais procedimentos produza resultados frutíferos nas ciências sociais (por exemplo, Hall, 2008). Quanto a este ponto, vale a pena citar Max Weber e o seu conceito de “causa adequada”. Weber defende explicitamente o uso do método indireto da diferença na pesquisa sociológica (1984, p. 10), mas jamais formula suas proposições expli-

cativas em termos de causas necessárias e/ou suficientes. Seu objetivo é sempre identificar “causas adequadas” *prováveis*, definindo-as da seguinte forma: “Dizemos [...] que uma sucessão de fatos é ‘causalmente adequada’ na medida em que, segundo as regras da experiência, exista a seguinte *probabilidade*: que sempre transcorra de igual maneira” (Weber, 1984, p. 11, grifo nosso).⁸ Portanto, o uso do método da diferença por Weber – e por vários outros autores – não implica aderir aos pressupostos determinísticos originalmente presentes na sistematização de Stuart Mill.

Por que comparar poucos casos e por que comparar usando a história?

Como dissemos no item anterior, a comparação, tal como sistematizada por Stuart Mill e utilizada por inúmeros cientistas sociais, é uma operação lógica passível de ser operacionalizada por diferentes técnicas de pesquisa. Cabe agora defender um modo específico de fazer comparação, isto é, estudos comparativos de poucos casos baseados no conhecimento histórico aprofundado de cada um deles. A principal crítica que se faz aos estudos de N pequeno é que eles formam um desenho de pesquisa que inviabilizaria o controle científico, pois conjugam poucos casos e muitas variáveis. Esse problema, por sua vez, impossibilitaria a formulação de inferências causais seguras e, consequentemente, a produção de ganhos teóricos – isto é, a produção de generalizações. Acreditamos que quatro argumentos possam ser apresentados contra essa crítica.

Estudos de N pequeno e ontologia causal complexa

A crítica acerca da conjugação de poucos casos com muitas variáveis deve ser prontamente aceita, mas deve ser também qualificada, já que os estudiosos que lançam mão de estudos dessa natureza o fazem exatamente porque desconfiam da possibilidade de formulação de leis universais ou de amplas generalizações, supostamente factíveis a partir de estudos de N grande. Ao contrário, seus objetivos consistem fundamentalmente na formulação de

“generalizações modestas”, historicamente embasadas, válidas para contextos claramente delimitados (Tilly, 1984, cap. 4).⁹ Esse tipo de estratégia analítica, baseada no conhecimento histórico¹⁰ de poucos casos, seria mais adequada a outra concepção de causalidade do mundo social que não a causalidade linear (Hall, 2008). O entendimento de que a complexidade e a historicidade dos eventos sociais não podem ser adequadamente captadas nem por uma visão linear de causalidade nem por uma visão panorâmica de infinitos casos demandaria uma estratégia analítica distinta, orientada pela busca de “combinações causais múltiplas” que operassem em contextos específicos e que só poderia ser posta em prática por estudos de N pequeno e pela análise histórica.

Esse tipo de análise seria, assim, em tudo diferente das pesquisas baseadas em técnicas quantitativas que, segundo Charles Ragin, limitam-se a avaliar separadamente o impacto de cada variável independente sobre a variável dependente. Nesses casos, o objetivo principal é estimar a contribuição separada de cada causa para a produção do resultado analisado e não o *efeito diferenciado de uma combinação de causas*. As técnicas estatísticas aplicadas às ciências sociais, portanto, não permitiriam pensar em termos de “causação múltipla” (Ragin, 1987, p. 64). Desse modo, um investigador pode determinar, por exemplo, que a presença de X1 aumenta a probabilidade de Y ocorrer em 10%, enquanto a presença de X2 aumenta a probabilidade de Y em 15%. Concluir-se-ia, então, que X1 e X2 aumentariam, juntos, a probabilidade de Y ocorrer em 25%. Esse objetivo de estimar a contribuição independente de cada causa à probabilidade de ocorrência de Y é inconsistente com o objetivo de determinar as diferentes *combinações de condições* que causam Y.¹¹

Estudos de N pequeno permitem testar teorias [sub 2]

Os estudos aprofundados de poucos casos podem contribuir para testar teorias, confirmando-as, refutando-as ou reformulando-as. Na verdade, até mesmo estudos de um único caso (*single case studies*) podem ser úteis a esses propósitos. Nesse desenho de pesquisa, o analista pode optar pelo

uso dos *most likely cases* ou dos *least likely cases*. Os *most likely cases* são aqueles que, de acordo com uma dada teoria, deveriam produzir um determinado fenômeno, mas não o produzem; portanto, tais casos são usados para refutar uma teoria e gerar outras hipóteses. Dito de outro modo, se a teoria não passa nesse caso que lhe é mais favorável, é provável que não passe em outros. Os *least likely cases* são aqueles que, de acordo com uma teoria, menos deveriam produzir um resultado, mas o produzem. Se a teoria passa com sucesso por esses casos que lhes são menos favoráveis, então seria capaz de passar também por outros. Os *least likely cases* são os mais interessantes, pois permitem submeter a teoria a um teste mais rigoroso. Esse aspecto é particularmente importante para estudos de um único caso, em que a unidade analisada arca com um peso muito grande sobre o objetivo de produzir provas. Assim, quanto mais detalhado for o teste propiciado pelo caso, mais robustas são as conclusões produzidas pelo estudo (Gerring, 2007, p. 117; Rueschmeyer, 2008, p. 311; Landmann, 2008, p. 89).

Estudos de caso podem cumprir outras funções além de testar teorias e gerar novas hipóteses. Eles são importantes também para a produção de descrições contextuais profundas e exaustivas, contribuindo para a identificação de novos “tipos” e, consequentemente, para a produção de classificações mais refinadas, o que é fundamental para qualquer ciência (Landmann, 2008, pp. 86-87).

Estudos de N pequeno e recusa de modelos causais universais

A atenção à historicidade e à complexidade das relações causais permitiria ainda aos estudos de N pequeno baseados em análises históricas evitar o sério problema da homogeneidade do modelo causal, recorrente em estudos de N grande. Nesse tipo de estudo, o pesquisador frequentemente aplica um único modelo causal a todos os casos analisados, assumindo que o efeito da suposta causa seja o mesmo em diferentes contextos (Hall, 2008, p. 383; Ragin, 1987, p. 167; Gerring, 2007, p. 3). Ou seja, não se percebe que X pode ter o mesmo impacto quantitativo sobre Y nos contextos A e B, mas o

modo pelo qual X afeta Y no contexto A pode ser completamente diferente do modo pelo qual afeta Y no contexto B, exatamente porque o modo de articulação de X com as demais variáveis e com Y pode ser completamente diferente em cada contexto.¹²

A constatação de correlações entre variáveis pouco nos revela acerca dos processos e mecanismos que vinculam uma variável a outra, processos e mecanismos que podem alterar qualitativamente a natureza da correlação entre elas (Borges, 2007, p. 7; Gerring, 2007, pp. 5 e 43). Não se trata, portanto, de dizer apenas que A causa B, ou de presupor os efeitos causais de A sobre B, mas também de captar os eventos intermediários que vinculam causalmente A e B.¹³ Conforme Sartori (1991, pp. 253-254), correlações significativas podem ser mal interpretadas se não houver uma teoria que ajude a interpretar os dados e a considerar o contexto para evitar afirmações fictícias. É preciso, portanto, evitar o comparativista ignorante do contexto, isto é, produzir uma (má) informação quantitativa que possa ser usada sem qualquer conhecimento substantivo do fenômeno sob consideração (Sartori, 1970, p. 1039).

Esse tipo de problema levou Charles Tilly a sugerir a inversão dos procedimentos de pesquisa usualmente aceitos. Normalmente, os investigadores se dedicam a fazer estudos quantitativos de muitos casos e, somente depois, análises mais aprofundadas sobre casos exemplares que cumprim um mero papel ilustrativo. Para Tilly, nas pesquisas de N grande a familiaridade com o contexto declina dramaticamente¹⁴ e, por isso, estudos históricos detalhados de poucos casos devem ser feitos antes da análise estatística de muitos casos, pois o conhecimento do contexto permite validar melhor a comparação (1984, pp. 74 e 77). Como afirma Landmann (2008, p. 35), “Esse conhecimento ‘local’ pode identificar lacunas entre conceitos teóricos e sua aplicação e resultar em comparações mais significativas”. Um ganho adicional produzido pelo conhecimento histórico seria propiciar ao analista casos contrafutuais legítimos, uma inestimável ferramenta de trabalho para estudos de N pequeno, pois, desse modo, permitiria aumentar o número de casos em análise (Fearon, 1991; King e Zeng, 2005).¹⁵

Estudos de N pequeno permitem formular teorias a partir do conhecimento histórico

A recusa de modelos causais universais não implica dizer que os adeptos dos estudos de N pequenos rejeitam a possibilidade de qualquer tipo de generalização e de ganhos teóricos. A comparação exaustiva de poucos casos complexos pode levar a elaboração de teorias válidas para contextos similares por quatro razões.

Primeiramente, se operado por meio da lógica comparativa (sobretudo no método indireto da diferença), esse tipo de estratégia analítica não está condenado a produzir um conhecimento estritamente idiográfico, sendo capaz de produzir explicações com alguma possibilidade de generalização na medida em que a comparação histórica permita identificar padrões de ocorrência dos eventos (revoluções, industrialização, construção de Estados nacionais, reforma agrária etc.). Ao mesmo tempo, porém, por ser uma comparação *histórica*, esse tipo de procedimento produz “generalizações modestas”, que reconhecem a especificidade dos padrões detectados, válidos para certas épocas e regiões do planeta. A comparação histórica, portanto, permite a produção de generalizações historicamente embasadas, um meio termo entre o conhecimento estritamente idiossíntatico e a formulação de supostas leis universais (conhecimento nomotético). De acordo com Bendix, o objetivo da análise histórica comparativa é formular proposições “que são verdades para mais de uma sociedade, mas não para todas as sociedades” (Bendix, 1963, p. 539) ou, nas palavras de Karl Popper, proposições que indiquem que “sob certas circunstâncias, certos desenvolvimentos virão a ocorrer” (Popper, 1993, p. 3). Para tanto, conforme Arthur Stinchcombe (1978), o uso de “analogias históricas” permite comparar eventos não em busca de similaridades substantivas entre os processos comparados, mas com o objetivo de identificar equivalências em termos de causas e consequências passíveis de serem generalizadas em alguma medida. É o que Rueschmeyer (1995) chamou de “indução histórica analítica”.¹⁶ Portanto, os estudos de N pequeno conferem lugar de destaque à narrativa histórica como passo importante para elaborar teorias com base em analogias históricas sem recorrer a “teorias epocais”, que

formulam explicações universais e apriorísticas sobre épocas inteiras da história humana (Stinchcombe, 1978, pp. 7, 10, 19-22 e 25-26).¹⁷

Em segundo lugar, como a comparação histórica é inherentemente preocupada com a identificação de padrões (semelhanças) e de singularidades (diferenças), ela se torna um instrumento adequado para a produção de classificações pertinentes. Dessa maneira, a comparação histórica nos permite evitar aquilo que Sartori (1991) chamou de *catdogs*, ficções inexistentes, fruto sobretudo de maus procedimentos classificatórios. Boas classificações representam inestimáveis ganhos teóricos para qualquer ciência, além de produzirem por si só algum grau de generalização.

Em terceiro lugar, como dissemos anteriormente, a comparação histórica permite ir além da simples constatação da existência de correlação entre variáveis. O conhecimento da história é, por definição, o conhecimento do processo, do modo e da sequência em que os fatos ocorrem. Assim, a narrativa histórica permite revelar a *cadeia causal* que preenche o “espaço vazio” entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes. A recuperação histórica de um processo permite realizar aquilo que Peter Hall chamou de *process tracing*, ou análise sistemática de processos, isto é, o rastreamento do processo que vai de uma variável causal até o seu efeito. É importante observar, entretanto, que a narrativa histórica na análise comparativa não deve ser confundida com a descrição exaustiva e detalhista de uma infinidade de eventos e fatos históricos desconexos. Não se trata, portanto, de “contar história”. A narrativa só reconstruirá efetivamente a “cadeia causal” se for feita em termos de identificação e encadeamento de causas adequadas, recuperando aqueles fatos cuja presença for fundamental para a produção do fenômeno que se pretende explicar. No procedimento comparativo-histórico, a narrativa e a descrição de casos diversos desenvolvem-se juntas a serviço da explicação causal, pois revelam padrões e singularidades (Collier e Collier, 1991, p. 14).

Por fim, a análise histórica é fundamental para uma perspectiva analítica amplamente utilizada atualmente pelos cientistas sociais, a saber, a perspectiva da *path dependence*. Segundo Peter Hall, a literatura sobre *path dependence* enfatiza dois pontos com sérias implicações para a análise causal: pri-

meiro, reconhece que os desenvolvimentos causais de grande importância para o entendimento de um dado fenômeno ocorrem com frequência bem no início de uma longa cadeia causal; segundo, sugere que ocorrências iniciais podem mudar o contexto de um caso tão radicalmente que os desenvolvimentos subsequentes de um mesmo fenômeno terão diferentes efeitos em casos diferentes (Hall, 2008, pp. 384-385). Nesse sentido, não se pode pressupor que o impacto do evento X será o mesmo em qualquer contexto. A intensidade e a natureza do impacto de X dependerão de que ele ocorra antes ou depois de W, por exemplo. Por essa razão, “teorias da *path dependence* explicitamente dirigem a nossa atenção para a importância da narrativa histórica. Elas implicam que resultados correntes raramente podem ser explicados apenas com referência ao presente ou ao passado imediato” (Hall, 2008, p. 385). Novamente, a análise histórica comparada, com seu pendor para reconhecer as singularidades contextuais, desconfia fortemente de modelos causais homogêneos, o que é plenamente coerente com a perspectiva da *path dependence*.¹⁸

Do que foi dito, podemos concluir mais uma vez que a comparação historicamente embasada permite evitar tanto generalizações abstratas e vazias, de um lado, como, de outro, a “história total” à la Fernand Braudel, isto é, o conhecimento exaustivo de todos os detalhes de uma época (Tilly, 1964, pp. 65-74). Dizer que o conhecimento histórico comparativo está a serviço da produção de generalizações modestas (mas não artificiais), significa dizer que ele pode gerar ganhos teóricos tanto para a sociologia como para a ciência política. Ao contrário do que sugere Neil Smelser (1976, pp. 157-158), portanto, o uso da história comparativa não serve apenas para fins ilustrativos, mas contribui para revelar as relações causais que produzem os fenômenos sociais em determinadas épocas.

Limites da perspectiva causal e a necessidade de interpretação

Apesar das vantagens apontadas anteriormente, é preciso observar que o método histórico comparativo não permite ao pesquisador ir além

da identificação de relações causais e de sua abrangência, o que representa importante limitação desse procedimento, pois, conforme Stuart Mill (1886, p. 213), o processo de identificação da causa nada tem a ver com o desvendamento do “modo de produção do fenômeno” em análise. Segundo Rihoux e Ragin (2009, p. 159), esses “métodos lógicos [...] não fornecem, em si mesmos, uma explicação do processo real envolvido”, já que métodos históricos comparativos se preocupam apenas em identificar as condições que estão presentes ou ausentes quando um dado resultado é ou não observado (*Idem*, p. 160) e não em revelar *como* as coisas ocorrem. O procedimento comparativo, portanto, não permite abrir a “caixa-preta” dos fenômenos sociais.¹⁹

Um modo de fazê-lo (mas não o único) é lançar mão de uma sociologia compreensiva. Segundo essa perspectiva, os fenômenos sociais não podem ser plenamente entendidos sem que se conheçam os sentidos subjetivos que os agentes sociais atribuem às suas ações. A plena compreensão de um fenômeno social exigiria, portanto, que o analista identificasse o “sentido experiencial”²⁰ que o caracteriza, pois a disposição para realizar um dado ato não pode ser entendida sem referência aos sentimentos experimentados pelo ator. Essa referência é importante para a plena compreensão do ato na medida em que *condutas exteriormente idênticas podem estar vinculadas a sentimentos radicalmente distintos*.²¹ Assim, as ciências do homem têm inescapavelmente uma dimensão interpretativa e não podem se limitar a detectar relações causais entre eventos.

No entanto, ao contrário do que sugerem Mahoney e Rueschmeyer (2008, p. 11), acreditamos que uma análise causal, típica das abordagens históricas comparativas, é complementar e não antagônica a uma perspectiva interpretativa das ciências sociais. Para que não nos alonguemos desnecessariamente nesse ponto, dois exemplos parecem-nos suficientes: as análises de Max Weber e Arthur Stinchcombe.

Max Weber, como se sabe, lança mão do método histórico comparativo para identificar a “causa fundamental” do capitalismo ocidental. Dessa forma, sabemos que o “Estado racional” é “o único terreno sobre o qual pode prosperar o capitalismo moderno” (Weber, 1964, p. 285) porque, ao comparar

países em que o capitalismo moderno está presente com países em que ele não ocorre, constatamos que, *grosso modo*, o Estado racional é a única variável que os diferencia. No entanto, isso nada revela ao investigador sobre o *modo* pelo qual esse tipo de Estado contribui para causar aquele tipo de capitalismo. Para conhecer melhor essa relação de causalidade, é preciso saber de que modo normas jurídicas racionais empiricamente válidas afetam condutas orientadas para a aquisição de utilidades (Weber, 1984, p. 251). Num primeiro momento, a relação causal entre Estado racional e capitalismo moderno é captada pela operação lógica da comparação, mas o modo pelo qual condutas juridicamente orientadas potencializam a rationalidade econômica só pode ser conhecido pela interpretação da conduta de agentes, ou seja, mostrando como um ambiente jurídicoável e a existência de garantias contratuais tidas como válidas pelos agentes potencializam a disposição para o planejamento econômico. Esse procedimento interpretativo é fundamental, pois a relação entre Estado racional e capitalismo moderno é uma relação entre condutas subjetivamente orientadas em “ordens” diferentes da sociedade e não apenas entre “fatos objetivos”.

Para Stinchcombe (1978, p. 22), os conceitos gerais nas ciências sociais devem ser formulados a partir da comparação entre “ações e sentimentos” de atores envolvidos em situações históricas concretas. A comparação entre fatos históricos pode nos revelar estruturas causais importantes, mas, além disso, é preciso compreender de que modo determinadas predisposições produzem certos eventos. Eventos sociais são frutos, desejados ou não, de ações subjetivamente motivadas. Assim é que se pode chegar, por exemplo, a partir da comparação de situações históricas tão diferentes (revoluções russa e francesa), a uma teoria sobre o processo psicológico básico de erosão da autoridade, por meio do qual ocorre “a gradual difusão da convicção de que talvez uma melhor alternativa seja realmente possível” (*Idem*, p. 40). Ou seja, é preciso se perguntar quais são os motivos que levam os agentes sociais a deslegitimar uma dada autoridade e se, nesse ponto, há algo em comum nas várias situações revolucionárias analisadas que possa ser transformado num tipo ideal de predisposição à revo-

lução. Assim, além de identificar a estrutura de sequência de eventos que conduzem às revoluções sociais, algo magistralmente feito por Theda Skocpol (1984), é preciso também analisar as motivações típicas que caracterizam processos de corrosão das autoridades legítimas sem as quais nenhuma revolução efetivamente ocorreria.²²

Por fim, os procedimentos analíticos de Max Weber nos permitem ainda evitar a radicalização do caráter hermenêutico das ciências sociais, tal como sugerida por Charles Taylor, e a redução da prática interpretativa a uma simples repetição das justificativas que os atores dão de suas condutas.

A primeira posição refere-se ao inescapável “círculo hermenêutico” identificado por Taylor. Para ele, as ciências do homem estão baseadas exclusivamente na interpretação e enquanto tais seus dados primeiros seriam leituras de significados. Com relação a isso, diz ele, não há como provar efetivamente que uma interpretação é melhor que outra: “se nossas leituras soarem implausíveis, ou ainda mais, se não forem compreendidas pelo nosso interlocutor, não há procedimento de verificação em que possamos nos apoiar. Apenas podemos continuar a oferecer interpretações; estamos num círculo interpretativo” (Taylor, 1987, pp. 75-76). Pensamos ser importante fazer três observações a esse respeito:

A interpretação de uma ação não é um ato tão arbitrário como sugere Taylor, pois o procedimento interpretativo exige não apenas que se descreva o sentido da conduta manifestamente atribuído pelo agente, mas também (e principalmente) que se interprete a ação a partir da sua inserção num contexto mais amplo de ações, isto é, numa “conexão de sentido”. A “compreensão explicativa”, para usar a expressão do próprio Weber, permite ao sociólogo, ao mesmo tempo, captar as “conexões de sentido comprehensíveis” de uma ação (inferidas pelo analista a partir de uma análise contextual) e explicar o “desenvolvimento real da ação” – isto é, os impactos objetivos da conduta que escapam ao controle do agente que a realizou (Weber, 1984, p. 9).²³ Exige-se, portanto, do investigador “análises extensas dos contextos

pertinentes” (Ringer, 1997, pp. 107-109), nos quais estão inseridos os agentes e a coleta de informações sobre o contexto social em que a conduta se desenvolve, obrigando-o a discutir com seus pares acerca do modo mais adequado de coletar tais informações e de sua qualidade.

A adoção do procedimento interpretativo não elimina a necessidade (nem a possibilidade) de controle dos efeitos externos da ação interpretada. Segundo Weber: “Como em todas as hipóteses, é indispensável o controle da interpretação comprehensiva de sentidos pelos resultados: a direção que manifesta a realidade” (Weber, 1984, p. 10). Por exemplo, ao afirmar que as orientações subjetivas A e B produzem o evento C, o passo seguinte é verificar se C ocorreu de fato a partir de sua ligação com A e B; trata-se, portanto, de saber se o “desenvolvimento real da ação” se deu de acordo com a teoria.

O melhor instrumento de verificação é a comparação por meio do uso do método indireto da diferença (Weber, 1984, p. 11). Qualquer interpretação é apresentada em termos de uma sequência causal. Desse modo, se alguém diz que a sequência de eventos A, B e C produz D, é possível a qualquer outro analista investigar outros casos positivos e negativos para testar a validade e o alcance desse enunciado causal.

Esses três procedimentos – a descrição do contexto em que uma ação se desenvolve, a observação do desenvolvimento real da ação e, sobretudo, a comparação – permitem ao analista sair do circuito hermenêutico a que se refere Taylor, sem que isso implique necessariamente a pretensão de produzir “a explicação causal válida” (Weber, 1984, p. 9).

Por fim, os procedimentos analíticos de Max Weber são também uma garantia contra o equívoco de se entender a interpretação como uma simples reprodução da explicação que os próprios atores dão de sua conduta, o que, em última instância, transformaria o sociólogo ou o cientista político em pesquisadores de opiniões. O procedimento interpretativo é bem mais do que isso. Em relação a

esse ponto, Weber observa que os motivos apresentados pelos atores sociais não raro escondem, para o próprio agente, “a conexão real da trama de sua ação”, de modo que o testemunho subjetivo, ainda que sincero, tem valor apenas relativo. Nesses casos, continua Weber, a tarefa do sociólogo é averiguar e interpretar essa conexão, mesmo que não esteja na consciência daquele que age (*Idem*, p. 9).

Desse ponto de vista, o conceito de “conexão de sentido” desempenha papel fundamental na sociologia weberiana, pois, para Weber, o objetivo fundamental do sociólogo é identificar o vínculo da ação analisada com uma conexão de sentido mais ampla a que ela está conectada. Uma conduta, portanto, nunca é investigada apenas em si mesma, mas sempre se levando em conta a cadeia de ações em que ela está inserida. Essa perspectiva abrangente, reiteramos, permite ao pesquisador não apenas reconhecer significados da conduta dos quais o agente não tem consciência alguma como também investigar os seus efeitos não antecipados, tão importantes para a conformação dos fenômenos sociais (Bendix, 1974, p. xxii).

Conclusão

O objetivo deste texto não é defender qualquer estratégia de pureza metodológica, a nosso ver sempre infrutífera. Cientistas sociais devem ter uma relação utilitária com métodos e técnicas de pesquisa. Dependendo do objeto de análise e da questão de pesquisa, alguns procedimentos são analiticamente mais rentáveis que outros.

No entanto, esse não parece ser o espírito que vigora na ciência política contemporânea. O que presenciamos no presente parece ser a defesa, ora implícita, ora explícita, de que a única pesquisa realmente válida é aquela ancorada em estudos que abarcam muitos casos e em técnicas estatísticas de controle de variáveis. Sem a menor intenção de refutar a validade desse tipo de estratégia investigativa, procuramos, porém, apontar alguns de seus limites, raramente expostos por seus adeptos, e como eles podem ser contornados por formas alternativas – e complementares – de investigação, notadamente o uso da comparação histórica e da interpretação

sociológica. Pensamos que a comparação histórica, aliada ao procedimento interpretativo, permite realizar pesquisas baseadas numa visão complexa de causalidade, por ser histórica; identificar relações causais e produzir ganhos teóricos significativos, por ser comparativa²⁴ e, por estar atenta às motivações subjetivas da ação social, qualificar melhor os mecanismos causais e revelar aspectos qualitativamente distintos de condutas aparentemente similares.

Notas

- 1 Segundo Sartori (1970, p. 1045), o termo “variável” só poderia ser utilizado para coisas mensuráveis; tomo a liberdade de utilizá-lo para me referir às condições sociais e políticas que devem ser controladas durante o procedimento comparativo. Considerações similares a que faço nos itens I e II deste texto podem ser encontradas em Perissinotto (2012).
- 2 Para uma posição similar a Smelser, ver também Sartori (1970, pp. 1033-1036), Rihoux e Ragin (2009, p. xviii), Mahoney e Rueschmeyer (2008, pp. 11-15), Mahoney (2008, p. 337), Landman (2008, pp. 15 e 24-26), Gerring (2007, pp. 155-156).
- 3 Contemporaneamente, esses métodos ficaram conhecidos como *Most Similar Systems Design* (MSSD) e *Most Different System Design* (MDSD). Cf. Przeworsky e Teune (1982). Ver também Landmann (2008, pp. 70-78).
- 4 O leitor poderá encontrar uma sistematização gráfica desses métodos em Skocpol e Somers (1997, p. 80). Essas descrições apresentam tipos ideais de desenho de pesquisa que na prática, como bem observam Collier e Collier (1991, pp. 15-19), podem ser utilizados conjuntamente; o livro desses autores, aliás, é um ótimo exemplo do uso conjunto do método da semelhança e da diferença.
- 5 Essa recomendação pode ser encontrada também em Bloch (1998a, p. 123; 1998b, p. 130), Gerschenkron (1976, p. 64), Przeworsky e Teune (1980, p. 26), Lijphart (1971, pp. 687-689) e Landmann (2008, pp. 70-71). Não seguir tal recomendação pode gerar conclusões que são, na verdade, artefatos criados pela metodologia; sobre esse ponto, ver Burawoy (1989, p. 769).
- 6 É importante insistir nesse ponto: a cláusula *ceteris paribus* não exige que *todas* as condições permaneçam iguais, mas somente aquelas sistematicamente rela-

- cionadas com as prováveis causas e com o fenômeno analisado. Cf. Fearon (1991, p. 174, nota 11). Sobre a importância das condições de comparabilidade e os problemas técnicos a serem resolvidos, ver Ragin (1987, pp. 47-49; Bloch 1998b, p. 132), Smleser (1976, pp. 164-165), Przeworsky e Teune (1982, pp. 95-107) e Landmann (2008, pp. 33-36).
- 7 De qualquer forma, o pesquisador que optar pela comparação histórica entre poucos casos precisa ter sempre em mente que qualquer escolha intencional (isto é, não aleatória) de casos deve ser criteriosa e muito bem justificada. O uso do método da diferença, que conjuga casos negativos e positivos, é a melhor forma de evitar o viés da seleção arbitrária de casos, mas, mesmo aqui, também a escolha de casos negativos deve ser muito bem justificada. Cf. Landmann (2008, pp. 36-40).
- 8 Vale observar ainda que Max Weber sempre definiu seus conceitos sociológicos em termos probabilísticos; por exemplo, ver os conceitos de “relação social”, “poder” e “dominação” em Weber (1984, pp. 21 e 43).
- 9 Segundo David Fischer (1970, p. 129), generalizações históricas devem ter duas características fundamentais: devem ser espacial e temporalmente limitadas; devem ser apresentadas na forma de enunciados probabilísticos.
- 10 Segundo Charles Tilly (1984, p. 79; 2005, p. 4, nota 1), o conhecimento histórico é aquele que revela como o contexto em que os eventos ocorrem e a sequência em que se dão são fundamentais para a definição do resultado que se quer explicar. Assim, o desconhecimento do contexto e da sequência dos eventos comprometeria radicalmente a explicação dos fenômenos sociais. Para uma definição de contexto de acordo com a perspectiva de Tilly, ver Goodin e Tilly (2006, pp. 3-32); para uma definição mais complexa, ver Kalberg (1994, pp. 143-177).
- 11 Comentários sobre os limites dos estudos de N grande podem ser encontrados em Sartori (1970, 1991), Hall (2008), Tilly (1984), Mahoney (2008), Ragin (1987), Rihoux e Ragin (2009), Przeworsky e Teune (1982), Borges (2007), Stinchcombe (1978, pp. 6-7) e Smelser (1976, pp. 164-165).
- 12 Para uma interessante ilustração histórica desse ponto, ver Gerschenkron (1976, pp. 113 e 123-124) e também Gerring (2007, p. 50).
- 13 “Deve-se ter em mente que todo argumento causal pressupõe um mecanismo causal ou um conjunto de mecanismos. Um mecanismo é aquele que explica as supostas relações entre X e Y. É o caminho causal ou o fio que conecta X a Y. Um caminho causal específico e determinado é a arma do crime da análise causal [...]. Certamente, é possível formular fortes argumentos em favor de uma relação causal com base apenas em evidências de covariância entre X e Y, particularmente se a evidência da covariância for obtida por meio de procedimentos experimentais. Contudo, o argumento será ainda mais forte se o pesquisador puder também especificar um mecanismo causal” (Gerring, 2007, p. 72 e nota 15, tradução do autor).
- 14 Na verdade, os adeptos dos estudos de N grande e de técnicas estatísticas defendem a possibilidade de inserção de dados contextuais, por exemplo, por meio do uso de variáveis *dummies*, que indicariam a presença ou ausência de uma dada qualidade contextual. Ver, por exemplo, Przeworsky e Teune (1983, pp. 13 e 26). No entanto, é preciso observar que o uso desse procedimento de dicotomização pressupõe um profundo conhecimento do contexto histórico dos casos analisados a fim de que essa codificação não seja mera ficção. De qualquer forma, apesar de útil, ele representa sempre uma ostensiva simplificação da realidade. Ver também Rihoux e Ragin (2009).
- 15 Raciocínios contrafatuais ilegítimos, ao contrário, seriam aqueles demasiadamente dependentes de modelos explicativos sem base histórica, que desprezam teorias já amplamente aceitas ou que não respeitam a regra (também histórica) da “cosustentabilidade” (*co-tenability*). Cf. Fearon (1991). Nas palavras de Weber (2004, pp. 167-186), ao discutir o procedimento da “possibilidade objetiva”, seriam ilegítimos os raciocínios contrafatuais que não estivessem baseados no conhecimento positivo de “regras empíricas”, que nada mais são, no seu caso, do que regularidades históricas.
- 16 No caso de Weber, a comparação histórica permite não apenas a identificação de relações causais e de regularidades historicamente delimitadas (algo próxima da indução histórica identificada por Rueschemeyer), mas também a produção de modelos que funcionam como formuladores de hipóteses causais passíveis de serem testadas empiricamente. Tipos ideais são constructos inherentemente históricos e comparativos. Sobre esse ponto, ver Roth e Schluchter (1979, pp. 195-206), Roth (1971) e Kalberg (1994, pp. 81-142).
- 17 No entanto, como observam Skocpol e Somers (1997), caso o investigador não queira identificar relações causais por meio do que as autoras chamam de “análise macrocausal”, poderá ainda utilizar a comparação histórica para testar teorias (demonstração paralela de teoria) ou para identificar os aspectos singulares da ocorrência de determinados macroprocessos sociais em contextos diferentes (contraste de contex-

- tos). Charles Tilly (1984, pp. 82-83 e 87-143) produz uma sistematização dos usos da história comparativa um pouco diferente, mas muito próxima. Ver também Collier e Collier (1991, p. 13). A sistematização de Skocpol e Somers parece-nos mais clara e precisa. Landmann (2007, pp. 4-11) também identifica diferentes razões para comparar: descrição contextual, classificação, teste de hipótese e predição.
- 18 Para uma distinção entre uma concepção mais ampla e mais estreita de *path dependence*, ver Pierson (2000).
- 19 Segundo Abell, o que ele chama de “trindade positivista” seria formada pela seguinte ordem de procedimentos: comparação, generalização e, por fim, explicação. Nada impede, porém, que se comece fornecendo a narrativa de uma sequência causal singular de ações (explicação) e, em seguida, se pergunte quão generalizável ela seria. Essa inversão da trindade positivista, que coloca a explicação antes da generalização, seria uma forma de defender a validade teórica desse tipo de procedimento e, como sugere Charles Tilly, melhor validar o procedimento comparativo. A “explicação narrativa” sugerida por Abell, válida apenas para ações propositalistas, é particularmente adequada às considerações que fazemos a seguir a favor de uma estratégia interpretativa. Cf. Abell (2004, pp. 292-293) e Burawoy (1989, pp. 771 e 783-786).
- 20 Taylor chama de “sentido experencial” a conjugação de três dimensões do ato de atribuição de sentido: a) o sentido de uma situação é sempre atribuído por um sujeito; b) o sentido refere-se sempre a *alguma coisa*, de modo que podemos distinguir um dado elemento – uma situação, uma ação, por exemplo – e seus sentidos e c) as coisas só têm sentido num dado *campo*. “Sentido assim entendido – chamemo-lo de sentido experencial – é para um sujeito, de alguma coisa, num campo” (Taylor, 1987, p. 42, tradução do autor). Dito de outra forma, a atribuição de sentido exige sempre um sujeito, um objeto e uma relação. Sobre a necessidade de interpretação para complementar explicações causais, ver Gerring (2007, pp. 68-70).
- 21 Para um exemplo disso, ver Taylor (1987, p. 43). Talvez o mais clássico exemplo de atos dotados de semelhança externa, porém radicalmente distintos do ponto de vista dos sentidos que os atores lhes atribuem, seja a distinção weberiana entre poder e dominação. Um analista despreocupado com a dimensão subjetiva da conduta tenderia a interpretar ambos como mera expressão de um comportamento obediente, quando, na verdade, os motivos da obediência são opostos e com efeitos divergentes no que diz respeito, por exemplo, à estabilidade das relações políticas.
- 22 Um exemplo literário desse processo pode ser encontrado nas memórias de Maksim Górkí, *Minhas universidades* (São Paulo, Cosac Naify, 2007). O relato de seu dia a dia na cidade de Kazan narra o cotidiano de miséria do povo russo e as movimentações de estudantes, letrados e trabalhadores em direção à ação revolucionária. Gorki descreve a existência de um movimento não coordenado, que pouco a pouco vai se espalhando até produzir a consciência de que outra forma de organizar o mundo não é apenas desejável, como possível. A sua descrição sugere que a tomada do poder pelos bolcheviques é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja base residiria num longo processo de transformação das consciências protagonizado por uma infinidade de ações isoladas e não coordenadas e potencializado por um ambiente intelectual revolucionário, o qual caracteriza a intelectualidade russa desde o início do século XIX. Para uma análise da complexa interação entre orientações subjetivas, ideias, interesses e posições sociais, ver Roth e Schluchter (1979, em especial pp. 15-18).
- 23 Para uma análise da complexa interação entre orientações subjetivas, ideias, interesses e posições sociais, ver Roth e Schluchter (1979, em especial pp. 15-18).
- 24 Sobre a ausência, no Brasil, de pesquisas na área de ciência política explicitamente baseadas em desenhos comparativos, ver Amorim Neto (2010).

BIBLIOGRAFIA

- ABELL, Peter. (2004), “Narrative explanations: an alternative to variable-centered explanation?”. *Annual Review of Sociology*, 30: 287-310.
- AMORIM NETO, Octavio. (2010), “A política comparada no Brasil: a política dos outros”, in C. B. Martins e R. Lessa (orgs.), *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*, São Paulo, Instituto Ciência Hoje/Barcarolla/Discurso Editorial/Anpocs, pp. 321-340.
- BENDIX, Reinhard. (1963), “Concepts and generalizations in comparative sociological studies”. *American Sociological Review*, 28: 532-539.
- _____. (1968), “Concepts in comparative historical analysis”, in S. Rokkan (ed.), *Comparative research across cultures and nations*, Paris, The Hague.
- _____. (1974), *Work and authority in industry: ideologies of management in the course of*

- industrialization*. Berkeley, University of California Press.
- BLOCH, Marc. (1998a), “Comparação”, in Étienne Bloch (org.), *Marc Bloch: história e historiadores*, Lisboa, Teorema.
- _____. (1998B), “Para uma história comparada das sociedades europeias”, in Marc Bloch, *História e historiadores*, Lisboa, Teorema.
- BORGES, André. (2007), *Desenvolvendo argumentos teóricos a partir de estudos de caso: o debate recente em torno da pesquisa histórico-comparativa*. Trabalho apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História – Associação Nacional de História (Anpuh), São Leopoldo, RS.
- BURAWOY, Michael. (1989), “Two methods in search of science: Skocpol versus Trotsky”. *Theory and Society*, 18: 759-805.
- COLLIER, Ruth Berins & COLLIER, David. (1991), *Shaping the political arena*. Princeton, Princeton University Press.
- DURKHEIM, E. (1978), *As regras do método sociológico*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- FEARON, James D. (1991), “Counterfactual and hypothesis testing in political science”. *World Politics*, 43 (2): 169-195.
- FISCHER, David Hackett. (1970), *Historian's fallacies: toward a logic of historical thought*. Nova York, Harper & Row Publishers.
- GERRING, John. (2007), *Case study research: principles and practices*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GERSCHENKRON, A. (1976), *Economic backwardness in historical perspective: a book of essays*. Cambridge, Harvard University Press.
- GOODIN, Robert E. & TILLY, Charles (eds.). (2006), *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford, Oxford University Press.
- GÓRKI, Maksim. (2007), *Minhas universidades*. São Paulo, Cosac Naify.
- HALL, Peter A. (2008), “Aligning ontology and methodology in comparative research”, in J. Mahoney e D. Dietrich (eds.), *Comparative historical analysis in the social sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HINTZE, Otto. (1975), “The preconditions of representative government in the context of world history”, in Felix Gilbert (ed.), *The historical essays of Otto Hintze*, Nova York, Oxford University Press.
- KALBERG, Stephen. (1994), *Max Weber's comparative-historical sociology*. Chicago, University of Chicago Press.
- KING, Gary & ZENG, Langhe. (2005), “When can history be our guide? The pitfalls of counterfactual inference”. *Committee on Concepts and Methods Working Paper Series*, n. 1 (Political Methodology), abril 2005.
- LANDMANN, Todd. (2008), *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. Londres/Nova York, Routledge.
- LIJPHART, Arend. (1971), “Comparative politics and the comparative method”. *American Political Science Review*, 65 (3): 682-693.
- MAHONEY, James & RUESCHEMEYER, Dietrich (eds.). (2008), *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MAHONEY, James. (2004), “Comparative-historical methodology”. *Annual Review of Sociology*, 30: 81-101.
- _____. (2008), “Strategies of causal assessment in comparative historical analysis”, in J. Mahoney e D. Rueschemeyer (eds.), *Comparative historical analysis in the social sciences*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MOORE JR., Barrington. (1983), *Origens sociais da ditadura e da democracia*. Brasília, Editora da UnB.
- PERISSINOTTO, Renato. (2012), “Comparação e história na ciência social”, in Flávio Heinz (org.), *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*, Porto Alegre, Oikos.
- PIERSON, Paul. (2000), “Path dependence, and the study of politics”. *American Political Science Review*, 94 (2): 251-267.
- POLANYI, Karl. (2000), *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus.
- PRZEWORSKI, Adam & TEUNE, Henry. (1982), *The logic of comparative social inquiry*. Malabar, Florida, Krieger Publishing Company.
- RAGIN, Charles C. (1987), *The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks, Sage.

- tive strategies*. Los Angeles, University of California Press.
- RINGER, Fritz. (1997), *A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais*. São Paulo, Edusp.
- RIOHOUX, Benoît & RAGIN, Charles C. (2009), *Configurational comparative methods: qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques*. Londres, Sage.
- ROTH, Guenther. (1971), "Max Weber's comparative approach and historical typology", in I. Vallier (ed.), *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications*, Berkeley, University of California Press.
- ROTH, Guenther & SCHLUCHTER, Wolfgang. (1979), *Max Weber's vision of history. Ethics & methods*. Berkeley, University of California Press.
- RUESCHEMEYER, D. (1995), "Theoretical generalization and historical particularity in the comparative sociology of Reinhard Bendix", in T. Skocpol (ed.), *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, Press Syndicate of the University of Cambridge.
- SARTORI, Giovanni. (1970), "Concept Misformation in Comparative Politics". *The American political science review*, LXIV (4): 1033-1053.
- _____. (1991), "Comparing and miscomparing". *Journal of Theoretical Politics*, 3(3): 243-257.
- SIMIAND, François. (2003), *Método histórico e ciência social*. Bauru, SP, Edusc.
- SKOCPOL, Theda & SOMERS, Margaret. (1997), "The uses of comparative history in macrosocial inquiry", in T. Skocpol (ed.), *Social revolutions in the modern world*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SKOCPOL, Theda. (1984), *Los estados y las revoluciones sociales*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- SMELSER, Neil J. (1976), *Comparative methods in the social sciences*. Nova Jersey, Prentice Hall.
- STINCHCOMBE, Arthur L. (1978), *Theoretical methods in social history*. Chicago, Academic Press.
- STUART MILL, J. (1886), *System of logic ratiocinative and inductive being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation*. Londres, Longmans, Green, and Co. [2004. Ed. fac-similar. Capítulos I-XI. Whitefish, Montana, Kessinger Publishing.]
- SWANSON, Guy E. (1971), "Frameworks for comparative research: structural anthropology and the theory of action", in I. Vallier (ed.), *Comparative methods in sociology: essays on trends and applications*, Berkeley, University of California Press, pp. 141-202.
- TAYLOR, Charles. (1987), "Interpretation and the sciences of man", in P. Rabinow e W. M. Sullivan (eds.), *Interpretative social science: a second look*, Berkeley, University of California Press.
- TILLY, Charles. (1984), *Big structures, large processes, huge comparisons*. Nova York, Russel Sage Foundation.
- TOCQUEVILLE, Alex de. (1977), *A democracia na América*. São Paulo, Edusp/Itatiaia.
- TRIMBERGER, Ellen Kay. (1978), *Revolution from above: military bureaucrats and development in Japan, Turkey, Egypt, and Peru*. Nova Jersey, Transaction Books.
- WEBER, Max. (1964), *Historia económica general*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1984), *Economía y sociedad*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. (2004), "Critical studies in the logic of the cultural sciences: a critique of eduard meyer's methodological view", in Max Weber, *The methodology of the social science*, Nova Déli, ADB Publishers.

**COMPARAÇÃO, HISTÓRIA E
INTERPRETAÇÃO: POR UMA
CIÊNCIA POLÍTICA HISTÓRICO-
INTERPRETATIVA****Renato Perissinotto****Palavras-chave:** Comparação; História; Interpretação; Causalidade; Ciência Política.

Este texto pretende responder três questões: 1) como podemos definir exatamente o procedimento comparativo; 2) como operacionalizá-lo; 3) seria a busca de relações de causalidade o fim único da pesquisa em ciência política ou seria necessário ainda complementá-la com um procedimento interpretativo? Inicialmente, o texto apresenta o que entendemos por comparação e discute as possibilidades e os limites de sua aplicação nas ciências sociais; em seguida, aponta as vantagens teóricas da análise comparativa de poucos casos baseada em uma perspectiva histórica; por fim, defende que o procedimento comparativo não esgota o empreendimento científico nas ciências sociais, já que revelar as causas dos fenômenos sociais não implica revelar como eles são produzidos. Por essa razão,creditamos que uma perspectiva comprensiva é complementar (e não antagônica) à análise causal comparativa.

**COMPARISON, HISTORY AND
INTERPRETATION: IN FAVOR OF
A HISTORICO-INTERPRETATIVE
POLITICAL SCIENCE****Renato Perissinotto****Keywords:** Comparison; History; Causal relationship; Interpretation; Political Science.

This article intends to answer three questions. Firstly, how can we define comparison? Secondly, how can we handle it? Thirdly, is the search for causal relationships the ultimate purpose of researches in political science or should we complement it with an interpretive procedure? In the first part the article presents what we shall understand for comparison; in the following part, [the article] it points out the theoretical advantages of comparative analysis of few cases based on a historical perspective; in the third section, it makes the case for the complementarity between a causal analysis and a comprehensive perspective.

**COMPARAISON, HISTOIRE
ET INTERPRÉTATION: EN
FAVEUR D'UNE SCIENCE
POLITIQUE, HISTORIQUE ET
INTERPRÉTATIVE****Renato Perissinotto****Mots-clés:** Comparaison; Histoire; Interprétation; Causalité; Science Politique.

Ce texte prétend répondre à trois questions: 1) comment nous pouvons définir exactement la procédure comparative; 2) comment l'opérationnaliser; 3) est-ce que la recherche de relations de causalité serait le seul but de la recherche dans la science politique ou faudrait-il encore la compléter avec une procédure interprétative? Initialement, le texte présente notre définition de « comparaison » et aborde les possibilités et les limites de son application dans les sciences sociales. Ensuite, à partir d'une perspective historique, il indique les avantages théoriques de l'analyse comparative de quelques cas, fondé sur une perspective historique. Finalement, il défend que la procédure comparative n'épuise pas l'entreprise scientifique dans les sciences sociales, puisque révéler les causes des phénomènes sociaux n'implique pas de révéler comment ils sont produits. C'est pour cela que nous croyons qu'une perspective compréhensive est complémentaire (et non antagonique) à l'analyse causale comparative.